

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O FETICHISMO DA MERCADORIA
(TEXTO DIDÁTICO)

PROF. MSC. PAULO SÉRGIO SOUZA FERREIRA
JANEIRO DE 2016

Analisando a mercadoria mais detidamente, observa-se que ela é uma coisa complicada, cheia de sutilezas metafísicas e manhas teológicas. Como valor de uso, não há nada de misterioso nela. No entanto, quando ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica.

O caráter místico da mercadoria não deriva de seu valor de uso, nem tampouco do conteúdo das determinações de valor, ou seja, do trabalho humano abstrato pelos seguintes motivos: (1) em primeiro lugar, é uma verdade fisiológica que os diferentes trabalhos concretos são funções do organismo humano e que cada uma deles é essencialmente dispêndio de cérebros, nervos, músculos, etc. humanos; (2) em segundo, quanto ao que serve de base a determinação da grandeza do valor, a quantidade de trabalho incorporado, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho. Sob todas as condições, o tempo de trabalho tinha que interessar ao homem, embora de forma distinta em diferentes estágios de desenvolvimento; (3) por último, tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire forma social.

O caráter enigmático, místico, fantasmagórico das mercadorias provém da própria forma mercadoria. Isso decorre do fato de que a igualdade do trabalho humano abstrato contido em cada mercadoria assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos do trabalho, a medida do dispêndio da força de trabalho assume a forma de grandeza de valor dos produtos do trabalho. Por último, as relações sociais desenvolvidas entre os produtores assumem a forma de uma relação social entre os próprios produtos do trabalho. Ou seja, as mercadorias parecem se relacionar entre si de forma independente de seus produtores.

O mistério da forma mercadoria consiste no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedade natural e social dessas coisas. Por isso, a forma mercadoria reflete a relação social dos produtores com o trabalho social total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó (engano, equívoco, troca de uma coisa por outra), os produtos do trabalho se transformam em mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Karl Marx compara esse fenômeno com o exemplo extraído do fenômeno da visão. Veja-se:

Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta

realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 1985, v.1, p. 71).

E para explicar o fetichismo da mercadoria, Karl Marx recorre ao chamado por ele de “mundo nebuloso da religião”. Segundo ele, na religião os produtos do cérebro humano (deuses, divindades, etc.) parecem dotados de vida própria, ou seja, seres que existem independentemente dos homens e que mantêm relações entre si e com a humanidade. Acontece o mesmo com os produtos do trabalho transformados em mercadorias.

De onde provém o caráter fetichista do mundo das mercadorias? Os produtos do trabalho só se tornam mercadorias por serem produzidos de forma privada e exercidos independentemente uns dos outros. A totalidade desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Os produtores só entram em contato social por intermédio da troca de seus produtos. Disso resulta que as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro da troca. Ou seja, os trabalhos privados só atuam como membros do trabalho social total despendido pela sociedade por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio deles, entre os produtores.

Como aparecem essas relações aos homens? Aos produtores de mercadorias, as relações sociais desenvolvidas entre seus trabalhos privados aparecem não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos. Elas aparecem como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (as mercadorias).

Os produtos do trabalho recebem uma objetividade de valor socialmente igual somente dentro da troca separada de sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. A cisão do produto do trabalho em valor de uso e valor realiza-se na prática tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de tal forma que o caráter de valor dos produtos já seja considerado ao serem produzidos. Nesse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente *duplo caráter social*. Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, ou seja, provarem serem participantes da divisão social do trabalho. Por outro lado, os trabalhos privados de cada produtor de mercadorias só satisfazem suas múltiplas necessidades, na medida em que é permutável por qualquer

outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale. E essa igualdade consiste na abstração de suas diferenças, ou seja, em sua redução a trabalho humano abstrato.

Os produtores de mercadorias refletem esse duplo caráter social de seus trabalhos privados na forma em que aparecem na troca dos produtos. Em primeiro lugar, o caráter social útil de seus trabalhos privados, sob aquela forma que o produto de seu trabalho tem de ser útil aos outros. Em segundo, o caráter social da igualdade das diferentes espécies de trabalho sob a forma do caráter de valor comum as diferentes mercadorias. Daí que os homens relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores não porque considerem as mercadorias como envoltórios materiais de trabalho humano abstrato. Pelo contrário, ao equiparar os diferentes produtos do trabalho como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho abstrato. Os produtores diretos não o sabem, mas o fazem. O valor não traz escrito na testa o que ele é.

O valor transforma cada produto do trabalho em um hieróglifo social. Posteriormente, os homens procuram decifrar o segredo do valor, isto é, de seu produto social. No entanto, a descoberta tardia de que os produtos do trabalho enquanto valores são expressões materiais do trabalho humano abstrato despendido na produção não dissipa de modo algum a aparência objetiva das características sociais do trabalho. Isso deve-se ao fato de que os agentes econômicos estão presos as condições da produção mercantil.

Como se manifesta o caráter social dos trabalhos numa economia mercantil?
Na produção de mercadorias, o caráter social dos trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros, consiste em sua redução a trabalho humano abstrato e assume a forma de caráter de valor dos produtos do trabalho.

Na prática, o que interessa a cada produtor de mercadorias é o seguinte: quantos produtos de outros agentes econômicos eu posso trocar pela minha mercadoria e em quais proporções. Na medida em que essas proporções alcançam estabilidade, com o desenvolvimento das trocas e dos mercados, elas parecem ser oriundas da natureza dos produtos do trabalho. O caráter de valor dos produtos somente se consolida através de sua efetivação como grandezas de valor. Tais grandezas variam sempre independentemente da vontade, da previsão e da ação dos produtores de mercadorias. O movimento social dos agentes econômicos assume para eles a forma de um movimento de objetos materiais (coisas), sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las.

Os trabalhos privados são o tempo todo reduzidos à sua medida socialmente proporcional porque nas relações casuais e sempre oscilantes da troca de seus produtos,

o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com violência como lei natural reguladora. Por isso, a determinação da grandeza de valor dos produtos pelo tempo de trabalho socialmente necessário torna-se um segredo oculto devido aos movimentos dos valores relativos (preços) das mercadorias. Sua descoberta científica supera a aparência da determinação casual das grandezas de valor, mas de nenhum modo sua forma material.

A reflexão científica sobre as formas de vida humanas segue um caminho oposto ao desenvolvimento real do objeto. Começa após os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas (que eles já consideram imutáveis), mas sobre seu conteúdo. Por conseguinte, somente a análise dos preços das mercadorias levou à determinação da grandeza do valor, somente a expressão monetária comum das mercadorias levou à fixação de seu caráter de valor.

É exatamente o dinheiro que objetivamente oculta ao invés de revelar o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais desenvolvidas entre os produtores privados de mercadorias. Quando se diz que casaco, botas etc. se relacionam ao linho como a corporificação geral de trabalho humano abstrato, salta aos olhos o absurdo dessa expressão. Mas quando os produtores de casacos, botas, etc. relacionam essas mercadorias ao linho, ou ao ouro e prata, como equivalente geral, a relação de seus trabalhos privado com o trabalho social total lhes aparece exatamente nessa forma absurda.

O fetichismo da mercadoria desaparece imediatamente, tão logo analisemos outras formas de produção. Karl Marx analisa os casos de Robinson Crusoe, da Idade Média, da indústria rural patriarcal de uma família camponesa e de uma associação de homens livres. No primeiro caso, Robinson com o objetivo de atender a suas inúmeras necessidades tem de executar trabalhos úteis de diferentes espécies (caçar, pescar, fabricar ferramentas, móveis, etc.). Robinson, apesar da diversidade de suas atividades produtivas, sabe que todas elas são apenas formas distintas da atividade laboral executadas por ele mesmo. Em suma, as relações entre Robinson e as coisas materiais (seu estoque pessoal de riqueza) por ele criadas, são simples e transparentes. No segundo, na sombria Idade Média europeia, as relações de dependência pessoal caracterizam tanto as condições sociais da produção material quando a estruturação da sociedade assentada sobre essa base econômica. Devido às relações de dependência

peçoal, os trabalhos e produtos não precisam adquirir a forma fetichizada (fantástica), diferente de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e pagamentos *in natura*. A particularidade do trabalho (sua forma natural) é no caso da Idade Média sua forma diretamente social.

Em terceiro, na indústria rural patriarcal de uma família camponesa, os diferentes produtos são resultado de seu trabalho familiar despendido em conjunto, mas não se relacionam entre si como mercadorias. Os trabalhos diferentes que criam esses bens são em sua forma natural funções sociais (por serem funções da família), a qual possui sua própria divisão de trabalho naturalmente desenvolvida. As diferenças de sexo e idade e as condições naturais do trabalho regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família. O dispêndio das forças individuais de trabalho aparece, nesse caso, desde a origem como determinação social dos próprios trabalhos, por que as forças de trabalho individuais só atuam como órgãos da força comum de trabalho familiar.

Por último, em uma associação de homens livres, os meios de produção são comunais e cada um deles despende sua força de trabalho individual conscientemente como uma única força social de trabalho. O produto total desse tipo de associação é um produto social. Parte dele servirá novamente como meio de produção (permanecerá social) e a outra parte, os meios de subsistência serão consumidos pelos sócios, ou seja, serão distribuídos entre eles. Karl Marx faz um paralelo com a produção de mercadorias e pressupõe que a parte de cada produtor nos meios de subsistência seja determinada pelo tempo de trabalho, o qual desempenharia duplo papel: (1) a distribuição socialmente planejada regula a proporção correta das distintas atividades produtivas (funções do trabalho) conforme as necessidades; e (2) o tempo de trabalho serve simultaneamente de medida da participação individual de cada produtor no trabalho comum e também na parte a ser consumida individualmente do produto social. Nesse caso, as relações sociais dos homens com seus trabalhos e seus produtos continuam de forma transparentemente simples na produção e na distribuição.

Numa sociedade de produtores de mercadorias, a relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias (valores). Nessa forma reificada relacionam-se mutuamente os trabalhos privados de cada produtor como trabalho humano igual. Por conseguinte, o cristianismo com seu culto do homem abstrato é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês (o protestantismo, o deísmo, etc.). Nos modos de produção da

velha Ásia e da Antiguidade etc., a transformação do produto em mercadoria desempenha papel subordinado, que se torna mais importante à medida que as comunidades entram na fase de declínio. Os antigos organismos sociais de produção são extraordinariamente mais simples e transparentes do que o modo burguês de produção. No entanto, eles se baseiam na imaturidade do homem individual (que não se desprende do cordão umbilical da ligação natural aos outros do mesmo gênero), ou em relações diretas de domínio e servidão. Essas formas sociais de produção são condicionadas por um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações correspondentemente limitadas dos homens dentro do processo material de produção da sua vida, portanto, entre si e com a natureza.

O reflexo religioso do mundo real somente irá desaparecer quando as questões da prática social dos homens representarem relações transparentes e racionais entre si e com a Natureza. A figura do processo de reprodução material da sociedade apenas se libertará do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado.

A Economia Política considera o modo de produção capitalista como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo. Por isso, ela trata as formações pré-capitalistas como os padres da Igreja as religiões pré-cristãs. Boa parte dos economistas é enganada pelo fetichismo aderido ao mundo das mercadorias ou pela aparência objetiva das determinações sociais do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. Coleção Os Economistas. Do original: MARX, Karl. *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*. Hamburgo, 1890.